

É HORA DE REFORÇAR O PODER LOCAL DEMOCRÁTICO

No Programa Eleitoral Municipal da CDU para este mandato, comprometemo-nos a “devolver as atuais freguesias às populações logo que estejam reunidas as condições legais para o fazermos”.

Estamos hoje a viver num novo quadro político, resultante da derrota da coligação PSD/CDS nas últimas eleições legislativas, que possibilita reunir as condições legais indispensáveis à devolução.

As “uniões” de freguesia arbitrariamente decididas pelo governo anterior provaram, no nosso caso, serem contrárias aos interesses das populações, não adequadas à melhor participação das freguesias no desenvolvimento do município e de dimensão exagerada para uma boa gestão das comunidades que integram.

A CDU avançou já com a sua posição de devolução das freguesias na reunião da Assembleia Municipal de 22 de Fevereiro último. Como todas as Assembleias de Freguesia e a Assembleia Municipal no mandato anterior se pronunciaram contra as propostas do governo que levaram às uniões com que vivemos hoje, tudo faremos para que as anteriores freguesias sejam repostas.

É nossa intenção que, nas próximas eleições autárquicas de 2017 venhamos, de novo, a eleger os órgãos autárquicos que concretizem, de modo mais adequado, as aspirações das nossas populações.

NESTE “PRESTA-CONTAS” PODE LER

- Sobre o Plano e Orçamento de 2016 e sobre as PPP (pág. 2);
- A “Municipalização do Ensino” (pág.3);
- O Novo Edifício Sede do Município (pág.4)
- O apoio às Associações e Coletividades (pág.5);
- A Herança do “Ciclo Isaltino” (pág.6);
- As Freguesias de Oeiras continuam fora da lei (pág. 7);
- Eleitos da CDU e o contacto com as populações (pág. 7, 8 e 9);
- A Assembleia Municipal reforça o seu poder de fiscalização (pág.10);
- Questões em torno da fatura da água (pág.11)
- e, ainda, o que se passa com os pescadores de Paço de Arcos e a questão dos transportes públicos em Oeiras (pág.12).

EDITORIAL



Em Julho de 2013, o mandatário da CDU, acompanhado por diversos candidatos, apresentou no Tribunal de Oeiras, a candidatura às eleições autárquicas de 2013. Após as eleições, todos os eleitos da CDU assumiram como compromisso central a defesa dos interesses das populações expressos nos seus Programas Eleitorais.

Temos assegurado o seu cumprimento, em permanência, no contacto direto, na utilização das páginas net, na publicação de informações e comunicados e na edição de boletins “PRESTA CONTAS”.

Na base da nossa ação está um intenso trabalho coletivo da CDU na análise e preparação das intervenções nos órgãos autárquicos, nas visitas às várias freguesias, no balanço do trabalho realizado e no lançamento de objetivos futuros. Na continuidade desta linha de rumo realizaremos, no dia 7 de Maio próximo, mais um Encontro Concelhio da CDU.

Este “PRESTA CONTAS” insere-se nesta forma de atuar e faz prova de que a CDU continua a lutar pelos compromissos assumidos perante os eleitores, sempre com uma visão própria e muito crítica das políticas que têm sido prosseguidas pela maioria que gere o nosso município.

PLANO E ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

CINCO RAZÕES PARA UMA POSIÇÃO COERENTE

O valor total do Orçamento do Município para 2016 aponta para os 127,424 milhões de euros, o que significará uma previsão de aumento de 4,9% em relação ao que foi orçamentado para 2015. Os documentos, que determinarão o que irá ser a gestão municipal este ano,

foram apresentados à Câmara e à Assembleia Municipal na sua versão final, sem qualquer participação da maioria dos eleitos na sua elaboração.

Neste processo, a CDU identificou cinco razões fundamentais que justificaram o nosso voto contra:

1. a continuação do não cumprimento da Lei que determina a transferência e a delegação de competências para as freguesias, com claro e efetivo prejuízo destas;

2. o seguidismo da Câmara em relação ao Governo anterior do PSD/CDS, ao assinar o acordo de “municipalização” da Educação, apenas aceite por cerca de uma dezena de autarquias em todo o país;
3. a obsessão do Presidente da Câmara em querer gastar, nos próximos 3 anos, cerca de 40 milhões de euros na construção de um “novo edifício sede da Câmara Municipal”;
4. a trapalhada em que está envolvida a resolução das parcerias público-privadas PPP Oeiras Primus e PPP Oeiras Expo;
5. a manutenção de reduções e restrições injustificadas no que respeita ao apoio dos municípios às associações e coletividades de cultura, desporto e recreio.

Estes serão alguns dos pontos abordados, neste Presta Contas.

PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS EM OEIRAS

(AS JÁ FAMOSAS PPP)

Esta prática das parecerias público-privadas, (PPP), mais não visaram do que dar lucros aos privados e transferir o pagamento dos investimentos feitos agora para as gerações futuras. O município de Oeiras, no último mandato Isaltino Morais/Paulo Vistas, alinhou nesta trapalhada, associando a Câmara Municipal a privados, dando a estes a maioria da participação nas sociedades criadas, que foram:

PPP Oeiras Primus, para construção das Escolas do 1º Ciclo e Jardins de Infância do Alto de Algés e de Porto Salvo e os Centros Geriátricos de Laveiras e Porto Salvo - todos já construídos.

PPP Oeiras Expo, para a construção do Centro de Congressos e Exposições em Paço de Arcos e do Centro de Formação Profissional, na Outurela, em Carnaxide - com obras paradas desde 2011, abandonadas e

em degradação.

Mas nenhum dos contratos feitos entre a Câmara e os parceiros privados, envolvendo investimentos da ordem dos 70 milhões de euros, foi submetido ao visto do Tribunal de Contas.

Ao tomar conhecimento desta irregularidade, o Tribunal de Contas fez detalhada auditoria aos processos respetivos, tendo encontrado muitas ilegalidades nos mesmos.

Os dois processos colapsaram, não tendo sido permitido à Câmara Municipal proceder ao pagamento das rendas contratuais anteriormente estabelecidas.

Perante este complicado imbróglio financeiro e negocial, a solução encontrada para a **PPP Oeiras Primus** foi um obscuro processo de “acordo judicial” na base das “expetativas” e de previsíveis lucros

do privado. A Câmara Municipal ficou com o compromisso de pagar 42 milhões de contos em sete anos...

Para a **PPP Oeiras Expo** a confusão mantém-se, sem que haja solução à vista.

Nas Grandes Opções do Plano para 2016, no capítulo “responsabilidades contingentes” lá consta esta PPP com uma verba referida de 15,950 milhões de euros.

Apesar do Presidente, numa reunião de Câmara, de Outubro passado, ter avançado com uma hipóteses de “não-solução”, o relatório e contas (também de Outubro) da empresa **PPP Oeiras Expo**, vem dizer tudo e o seu contrário.

Para a CDU a resolução deste assunto exige a posse administrativa pela Câmara das obras que estão paradas e um processo legal de reinício da realização dos trabalhos em falta.



ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO CONFIRMA OS RISCOS INERENTES À “MUNICIPALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO” EM OEIRAS



Ao tomarmos conhecimento que a Câmara de Oeiras estava a negociar sigilosamente com o governo PSD/CDS a “municipalização da Educação”, promovemos a discussão pública desta matéria com todos os interessados.

Fizemos reuniões com diversos diretores de agrupamentos escolares. Levamos o assunto à Assembleia Municipal. Promovemos uma Sessão Pública/Debate em 14 de Janeiro de 2015, no Salão dos Bombeiros Voluntários de Paço de Arcos.

Sabe-se hoje que, dos vinte municípios que começaram negociações a nível nacional, apenas uma dezena deles (Oeiras incluído) levaram o seu “seguidismo” ao ponto de assinarem os acordos com o anterior governo.

Os números que figuram no Orçamento Municipal para 2016 revelam bem que o processo consistiu, fundamentalmente, em atirar responsabilidades e despesas para cima das autarquias.

Ao receber todo o pessoal não docente de todas as escolas de ensino público do município e ao ter que contratar mais cerca de 140 trabalhadores, o mapa de pessoal da Câmara passou de 1770 para 2369 trabalhadores.

A despesa com pessoal total, que em 2015 foi de 33,891 milhões de euros, deverá ser este ano de 43,757 milhões. Para além destes 10 milhões de euros de aumento de despesa com pessoal, a nossa Câmara, sempre tão pronta a comprar fora, em “outsourcing”, serviços que poderia e deveria fazer pelos seus meios, colocou-se na absurda e contraditória posição de receber uma pesada incumbência que pertencia ao Ministério da Educação (e que ainda hoje lhe pertence para a maioria dos municípios portugueses).



Sem que exista um nível de administração pública regional, sem que os municípios tenham efetiva autonomia jurídica e financeira e sem que se criem processos credíveis que garantam confiança recíproca, não deverão ser os municípios a manter aberto o caminho que permita reduzir as responsabilidades do Estado. Por isso, a CDU está, desde início, contra este processo de “municipalização da Educação”.



GASTAR MAIS DE 40 MILHÕES NA CONSTRUÇÃO DE UM NOVO “EDIFÍCIO SEDE DO MUNICÍPIO”

SERÁ MESMO UMA PRIORIDADE?

A obsessão de um megalómano no novo “Edifício Sede do Município”, de 15 andares, com gabinetes e salas para a presidência no piso de topo, a construir no “Fórum Oeiras”, frente ao Centro Comercial “Oeiras Parque”, é ideia que já vem de longe. No ano de 2001 foi aberto concurso público internacional para o projeto do edifício, que acabou por ser anulado.

Em Maio de 2007 lançou-se novo concurso público internacional, que teve seguimento. Em Abril de 2008 foi feita a adjudicação do projeto por cerca de 1,5 milhões de euros, mas apenas em 2012 tivemos Estudo Prévio.

Mas, neste período vivíamos já em “política de austeridade”, com as receitas do município a serem limitadas e com a obrigatoriedade de contenção em pessoal. Quando, em 2013 foi definido um projeto base, já o INA – Instituto Nacional de Administração tinha saído do Palácio do Marquês de Pombal, tendo sido transferidos para lá alguns serviços da Câmara.

Em reunião alargada com eleitos da Câmara, dirigentes e técnicos, realizada em Janeiro de 2015 para apresentação e discussão do projeto, foi apontado um valor previsto da ordem dos 28 milhões de euros. Nessa reunião, uma técnica referiu que não seria possível fazer agora um edifício público deste tipo com certificação energética B - , que era o que estava a ser apresentado, pois que havia regulamentação que exigia a certificação A. Foi também questionado que estudo de tráfego é que havia sido feito, pois que a zona em causa, mesmo sem um edifício desta dimensão, estava já muito fortemente condicionada.

A resposta limitou-se a dizer que estando definido o local, pouco havia a fazer. Mas no projeto de execução agora apresentado, já figura um estudo de tráfego, por ser “exigência legal”, tendo sido dito que o mesmo “validou” as entradas e saídas para o arruamento lateral.

Também o custo estimado subiu para cerca de 36 milhões de euros mais IVA, não estando incluído neste valor o reencaminhamento da conduta adutora (a ser feita pelos SIMAS), nem o vários equipamento áudio

visual necessário, nem o mobiliário diverso que será imprescindível para equipar os vários espaços.

Também sabemos, agora, que o custo anual da manutenção regular do novo edifício andaré pelos 927 mil euros...

Porque o estacionamento previsto será insuficiente, a “Parques Tejo” recebeu a “encomenda” de um outro parque subterrâneo no Fórum Oeiras, por debaixo do atual espelho de água, como complemento ao parqueamento do novo edifício, que custará na ordem de 3,5 milhões de euros.

Assim, o total a investir neste enorme projeto até 2019, ascenderá a

Quando continuam a existir diversos “loteamentos clandestinos” – AUGI – que requerem trabalho e investimento parcial da Câmara para a sua resolução; quando é essencial dinamizar o programa “Habitação Jovem” para dar resposta aos muitos jovens que querem continuar a viver em Oeiras; quando a requalificação urbanística dos núcleos antigos é uma prioridade; quando o Complexo de Feiras e Exposições se encontra inacabado e a degradar-se, perguntamos:

Qual a razão por que se insiste em comprometer mais de 40 milhões de euros, em curto prazo, nesta “desnecessidade”?



mais de 40 milhões de euros.

A CDU considera este valor excessivo, afirma que o município de Oeiras dispõe hoje de capacidades técnicas e financeiras para dotar os serviços e as instalações existentes de condições adequadas ao bom desempenho das funções que exerce a muito menor custo.

Não concordamos, também, que a Câmara Municipal, ao assumir a decisão de construir este novo edifício sede, abandone o Centro Histórico de Oeiras, acentuando o seu declínio ao retirar da zona as centenas de trabalhadores e de utentes da Câmara que contribuem para o seu viver quotidiano.



REDUÇÕES E RESTRIÇÕES INJUSTIFICADAS NO APOIO DO MUNICÍPIO ÀS ASSOCIAÇÕES E COLETIVIDADES DE CULTURA, DESPORTO E RECREIO

A CDU tem alertado a Câmara, em permanência, para o significado deste apoio, associando o mesmo com o papel essencial que estas associações e coletividades desempenham para a coesão cultural e social da população do nosso município. Porém, e numa lógica que chamam de contenção, os apoios concedidos tem sido sistematicamente reduzidos.

Vejam os dados que se está a passar com o setor do Desporto. Segundo levantamento realizado pela Câmara, em 2014 existiam cerca de 12 000 praticantes, enquadrados em 66 coletividades, que dispunham de 560 técnicos e de 650 dirigentes. Neste ano, e em virtude de tal contenção, o apoio foi de 751 100 euros, quando em 2010 tinha atingido 928 000. Mas, as receitas efetivamente arrecadadas pelo município de Oeiras foram de 117,328 milhões de euros em 2010 e de 130,530 milhões de euros em 2014.

Isto é, para um real crescimento de receitas de 11,2%, os apoios às coletividades desportivas teve um decréscimo de 19,1%...

Para a cultura e o recreio o procedimento tem sido o mesmo.

Porque não podemos, obviamente, concordar com



este procedimento, a CDU tem votado contra as deliberações que concretizam estas reduções de apoios.

No ano passado foi desenvolvido um processo de elaboração de um novo Regulamento de Apoio ao Associativismo Desportivo.

O resultado final foi um documento em que se elencaram muitos parâmetros, mas em que permanece a ausência de critérios ponderados, que permita aquilatar da justeza e objetividade dos apoios que venham a ser atribuídos.

Como é evidente, votámos contra um tal regulamento.

No setor da Cultura e Recreio, com a mudança verificada na direção dos serviços, há cerca de um ano, tem sido possível um melhor relacionamento com as associações, não havendo ainda novo regulamento aprovado. Esperemos que aqui não se voltem a cometer os mesmos erros.



Para um real crescimento de receitas de 11,2%, os apoios às coletividades desportivas teve um decréscimo de 19,1%

O “CICLO ISALTINO” DEIXOU UMA HERANÇA BEM PESADA

O “Ciclo Isaltino” deixou uma herança bem pesada, que vai sendo resolvida.

No início deste mandato foi criado um Grupo de Trabalho integrando membros indicados pelas diferentes forças políticas eleitas para a Câmara Municipal para analisar, em regime de voluntariado, sem encargos para o município, todas as situações existentes. A CDU indicou como seu representante o anterior vereador Amílcar Campos. Na sequência da análise feita e de recomendações do Grupo, alguns dos problemas anteriores estão resolvidos ou em resolução, conforme se informa de seguida.



A **AMTRES-TRATOLIXO**, Associação de Municípios e empresa intermunicipal que trata dos lixos produzidos nos municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra, continua a debater-se com uma grave situação financeira. A solução optada nunca permitiu contas equilibradas. As gestões anteriores deixaram uma situação calamitosa. A nova gerência negociou com o sindicato bancário a regularização da enormíssima dívida total de 147 milhões de euros, que condiciona fortemente as condições em que a TRATOLIXO continua a laborar.

É por isso que todas as famílias residentes em Oeiras pagam 58,58 euros por tonelada de lixo tratada na TRATOLIXO, enquanto os residentes em concelhos limítrofes pagam apenas 21 euros à VALORSUL. A evolução deste processo deverá reduzir, gradual e lentamente, o que pagamos hoje.



A **OEINERGE**, agência para o ambiente, deparou-se com dificuldades de financiamento, por terem surgido dúvidas quanto à legalidade de transferências de verbas do município para o seu funcionamento. Assim, foi encerrada, tendo

os seus trabalhadores sido integrados na Câmara.

Este é o único caso em que não devem ter ocorrido prejuízos financeiros para o município.



O **LEMO** Laboratório de ensaios de materiais de obras, criada em Junho de 2003, por associação entre Cascais e Oeiras, que também serviu para colocar “amigos e apaniguados” na administração, foi acumulando prejuízos que deverão ter rondado os 2 milhões de euros. Sem qualquer possibilidade de se justificar o seu funcionamento, foi decidido o seu encerramento, estando o processo na sua fase final.



A **HABITÁGUA** empresa prestadora de serviços aos SMAS-Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, criada por duas empresas subcontratantes destes, acabou por ser comprada, na totalidade, pelo nosso município. Com a entrada da Câmara da Amadora na administração dos atuais SIMAS foi constatado que os preços praticados pela HABITÁGUA eram superiores aos da concorrência, não sendo admissível tal situação. Após mais de um ano de pareceres jurídicos diversos, foi tomada a decisão de se integrarem as funções e os trabalhadores que o pretendessem nos serviços dos SIMAS, o que está a decorrer.

Em todos estes procedimentos, a CDU tem procurado a redução de encargos para o município, a garantia da qualidade dos serviços prestados e a salvaguarda dos direitos dos trabalhadores envolvidos nestas situações.



O **SATU-Oeiras**, empresa mista entre a Câmara Municipal e a Teixeira Duarte, acumulou, em poucos anos, um volume de prejuízos que se estima da ordem dos 40 milhões de euros. Por ser uma empresa do Setor Empresarial Local e por dar prejuízos anuais consecutivos, contrariando o enquadramento legal existente, deveria ter sido encerrada pela Câmara Municipal.

Como esta nada fez, a empresa foi liquidada por despacho da anterior Ministra das Finanças. A CDU nunca concordou com aquela solução de transportes. Consideramos que o fim da empresa foi a solução adequada, para se evitarem males maiores. O Presidente da Câmara vai dizendo que foi o privado que acarretou com todos os prejuízos. Sabemos bem que não há “almoços grátis”...



AS FREGUESIAS DE OEIRAS CONTINUAM FORA DA LEI

A situação de incumprimento do regime jurídico das autarquias locais pela Câmara Municipal em relação às Juntas de Freguesia, denunciado pela CDU no Presta Contas publicado em Janeiro 2015, continua a manter-se.

Importa dizer, mais uma vez, que as Juntas de Freguesia do Município de Oeiras são as mais indigentes quando comparadas com as de qualquer município limítrofe.

Não só não receberam o acréscimo de competências que a lei lhes atribuiu desde 2014, como viram mesmo reduzidos os subsídios atribuídos pela Câmara no orçamento do ano passado.

Perante a denúncia feita pela CDU em todos os órgãos autárquicos, quer a Câmara, quer os Presidentes de Junta, foram dizendo que as correções indispensáveis seriam feitas em anos futuros.

Chegados ao orçamento para 2016, confirma-se que nada foi modificado, continuando a manutenção dos espaços verdes, a limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros, as pequenas reparações nas escolas, entre outras que a lei atribuiu às freguesias, a serem exercidas, normalmente mal, pela Câmara. Não foram transferidas, nem delegadas as competências que a lei refere, nem foi aumentada a verba que, nos termos dessa mesma lei, é devida às freguesias.

Todo este processo é uma fraude legal insustentável.

Por decisão do coletivo de Oeiras da CDU, apresentamos solicitação da verificação desta ilegalidade junto do Delegado do Ministério Público do Tribunal Administrativo da nossa área.



OS ELEITOS DA CDU EM VISITAS AO MUNICÍPIO E ÀS FREGUESIAS, TOMANDO CONTACTO DIRETO COM OS PROBLEMAS

Fundamentar as nossas intervenções nos órgãos, conhecendo os reais problemas com que nos debatemos, implica trabalho em equipa e uma atenção continua ao viver das populações.

Ao longo deste mandato reunimos com diversas organizações, coletividades e associações; conhecemos as situações de muitas empresas e do comércio local, por via de contactos com a ACECOA (Assoc. de Comerciantes e Empresários dos Concelhos de Oeiras e Amadora) e com a CPPME (Núcleo de Oeiras da Confederação das Micro Pequenas e Médias Empresas); contactámos com os diferentes Centros de Investigação; fizemos visitas aos bairros municipais, às diversas freguesias e ao município.

Essa é a nossa prática corrente. Sobre a orientação da Comissão Coordenadora da CDU, procuramos que nas visitas às freguesias se integrem, também, eleitos municipais.

Seguem-se algumas situações que, em 2014 e 2015, foram objeto da nossa atenção e que deram origem a questões colocadas nos órgãos autárquicos.

ALGÉS

Acompanhamento das obras e das alterações do Mercado Municipal; Acompanhamento da construção do novo Centro de Saúde; Diligências para alterações positivas nos horários das farmácias, com abertura ao domingo; Exigência de melhoria na higiene pública, que atingiu situações muito deploráveis; Contra mais expansão urbana, em novas urbanizações (por exemplo, Quinta da Foz).

BARCARENA

Penúria de equipamentos coletivos, sendo a única freguesia sem escola do 2º e 3º ciclos do ensino público; Centro de saúde – previsto par a Quinta das Lindas, em Tercena, mas sem obras em curso; Leceia – requalificação do bairro, com obras caras a originarem maiores dificuldades de circulação e estacionamento; CERCÍ – Oeiras – muito bom trabalho, a necessitar de maior apoio para os novos projetos em desenvolvimento; degradação das ruas, passeios e caminhos, em todas as localidades.

CARNAXIDE

Defesa e salvaguarda da Serra de Carnaxide, que deve continuar como pulmão verde local; Participação na Marcha em Defesa do Hospital de Santa Cruz; Necessidade de se avançar com a recuperação do loteamento da Gandarela, em diálogo permanente com os proprietários dos lotes; Posição contrária aos diversos projetos de expansão urbana; Dificuldades porque passam diversas coletividades, com instalações degradadas e desadequadas, como é exemplo a Sociedade Filarmónica Fraternidade de Carnaxide

CAXIAS

Situação de degradação da Igreja da Cartuxa e das instalações anexas e da Quinta Real de Caxias, ambas de propriedade governamental; Deficiente funcionamento dos elevadores da passagem superior sobre a Linha Férrea; Centro Geriátrico de Laveiras – investimento público da Câmara que foi entregue à gestão de privados



CRUZ QUEBRADA/DAFUNDO

Solicitação de Passagem Superior à Marginal e à Linha Férrea, por abaixo-assinado com 588 assinaturas entregue aos órgãos da freguesia e do município em 4 de Maio de 2015, sem resposta até hoje; Posição contra o projeto “Porto Cruz” que coloca em causa toda a zona ribeirinha e impede o prolongamento do Vale do Jamor até ao Tejo; Bairro Clemente – colocação na Câmara da urgência de colaboração com os moradores para a resolução das situações de degradação.

Atraso na requalificação das casas adquiridas para o programa “Habitação Jovem”.



LINDA-A-VELHA

Necessidade de se promover remodelação do Mercado Municipal; Antigas instalações militares compradas pela Sonae – deve ser salvaguardada a existência de espaço público e de instalações para equipamentos coletivos e não densificação da ocupação; Imperiosa necessidade de alterações na circulação do trânsito e de melhoria do estacionamento

“A mobilidade, acessibilidades e os transportes, tantas vezes denunciadas pelos eleitos da CDU, contam-se entre os principais problemas das freguesias do interior do município”.



Visite a página da CDU Oeiras para saber mais sobre a sua freguesia e o Município de Oeiras



OEIRAS

Declínio do Centro Histórico em curso e que será muito agravado caso seja retirada a Câmara Municipal do local; Degradação de jardins e espaços públicos municipais, como o Jardim Municipal de Oeiras e a Quinta dos Sete Castelos; Degradação do Pavilhão Gimnodesportivo do Jardim, à responsabilidade da Junta, com cobertura de amianto envelhecida e permanente risco de inundação; Atraso na requalificação das casas adquiridas para o programa “Habitação Jovem”



PAÇO DE ARCOS

Permanência, desde há décadas, do impasse sobre o chamado “Centro Comercial J. Pimenta”, com prejuízos para os proprietários das frações e para os condóminos dos prédios envolventes; Degradação do Complexo de Congressos e Feiras, com obras abandonadas desde 2011; Incapacidade da Câmara na resolução do Terminal Rodoviário, com dependências construídas desde há muito, no piso térreo dos edifícios junto à Estação; Atraso enorme na requalificação das casas adquiridas para o programa “Habitação Jovem”



PORTO SALVO

Urgente definição da situação do Complexo Desportivo de Porto Salvo, utilizado pelo Atlético, mas continuando a ser gerido pela Oeiras Viva; Necessidade de se avançar mais rapidamente com a recuperação dos loteamentos do Casal da Choca e da Lage, em diálogo permanente com os proprietários dos lotes; Centro Geriátrico de Porto Salvo – investimento público da Câmara que foi entregue à gestão de privados; Estrada de Talaíde – falta de passeios, má colocação de contentores de lixo, infantário sem proteção na zona de acesso e falta de lombas redutoras de velocidade e de travessias de peões.



QUEIJAS

Continuação de caneiro a céu aberto desde há muito; Necessidade de medidas de fundo para a resolução dos problemas de circulação em Linda-a-Pastora e no acesso ao Jamor; Grande carência de equipamentos desportivos; Ausência de ligações pedonais seguras entre Queijas e Caxias.



A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS PROCURA ASSEGURAR MELHOR FISCALIZAÇÃO DAS INTERVENÇÕES DO MUNICÍPIO

Em todas as sessões e reuniões da Assembleia Municipal têm estado presentes os quatro membros eleitos pela CDU, assegurando, quando necessário, a substituição dos diretamente eleitos. Com esta rotatividade, participaram já nos trabalhos oito dos candidatos municipais da CDU.



No início do atual mandato, foi possível, por insistência da CDU e com o acordo de outras forças políticas, criar quatro Comissões Permanentes, que trouxeram dinamismo e reforço significativo ao trabalho dos eleitos.

As Comissões são:

- Da ação social, cultura e desporto
- Do acompanhamento do processo deliberativo e dos assuntos jurídicos
- Do ambiente e ordenamento do território, projetos urbanísticos, mobilidade e transportes
- Da economia, finanças e setor empresarial local

A CDU tem representantes em todas estas Comissões Permanentes.

A presidência da Comissão de ambiente acima referida foi entregue ao eleito da CDU Joaquim Cotas.

Esta Comissão tem desenvolvido um intenso trabalho em todas as áreas da sua competência, definindo como prioridade a realização de visitas a todas as localidades do nosso município.

Oeiras possui um elevado e valioso património histórico, cultural e ambiental, sendo facilmente identificáveis diversos componentes em adiantado estado de degradação. Importa reabilitar e preservar, sem mais demora, devendo o município considerar esta frente de trabalho como prioritária.

Pela parte dos eleitos municipais da CDU na Assembleia Municipal de Oeiras tudo continuará a ser feito no sentido da satisfação dos interesses dos nossos munícipes e da procura de concretizar, tanto quanto nos for possível, as propostas do Programa Eleitoral que a CDU apresentou.

COMISSÕES MUNICIPAIS, COMO REFORÇO DAS COMPETÊNCIAS DA AUTARQUIA

Em Julho de 2014, ganham vida duas comissões municipais: a Comissão Municipal de Juventude tem a sua primeira sessão e a Comissão Municipal de Saúde, com mais de 20 anos de existência, vê reforçada a sua dinâmica e capacidade de intervenção com a introdução de alterações significativas no seu regulamento, designadamente com a constituição de grupos de trabalho. Em ambas a CDU tem acento com elementos cuja intervenção deixam a marca da nossa força política, pela capacidade de intervir e criar consensos em torno de questões concretas. Enquanto a Comissão Municipal da Juventude trilha ainda os seus primeiros passos, é no domínio da saúde que há avanços significativos no trabalho desenvolvido pelos quatro sub-grupos de trabalho criados: Saúde Ambiental; Saúde Escolar; Saúde Mental; Promoção da Saúde da Pessoa Idosa e Plano Local de Saúde/ Observatório de Saúde e Planeamento Estratégico. Este último sub-grupo de trabalho, coordenado pelo eleito da CDU na Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Oeiras e S. Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias, desenvolveu o Projeto "OBSERVATÓRIO LOCAL DE SAÚDE" instrumento indispensável à monitorização do estado e da evolução dos principais indicadores de saúde no Município.

A PARTIR JÁ DESTES ANOS A COMISSÃO MUNICIPAL DE SAÚDE PASSA A PODER CONTAR COM UM IMPORTANTE INSTRUMENTO DE MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DO ESTADO DA SAÚDE DAS POPULAÇÕES DO MUNICÍPIO



**SÃO MAIS DO MESMO,
AS PREVISÕES PARA
2016 NAS ÁREAS DO
ABASTECIMENTO DE
ÁGUAS E
SANEAMENTO**



Os Serviços Intermunicipais de Águas e Saneamento de Amadora e Oeiras (SIMAS) apresentaram os seus Plano e Orçamento para 2016, apontando uma receita total prevista de 57,850 milhões e euros.

Quando se analisam, não se consegue perceber como são determinadas as taxas e tarifas, não existindo nada de racional e de rigoroso na sua determinação.

No verso da atual fatura dos SIMAS encontramos uma longa lista de tarifas (ver destaque) havendo ainda a referir, imposto sobre IVA que acresce àquelas transações.

E, o que é verdade, é que cada uma das famílias aqui residentes e das empresas que aqui funcionam, as pagam todas.

Os anteriores governos produziram legislação e criaram entidades, a que chamam de “reguladoras”, procurando, no essencial, ir promovendo as condições para as futuras, e por eles previstas, privatizações de tudo quanto possa dar lucros.

No setor da água e saneamento foi criada a ERSAR – Entidade Reguladora do Setor das Águas e Resíduos.

Na ausência de direção política capaz na administração dos SIMAS, exercida periódica e

alternadamente pelas presidências

O VERSO DA FATURA DA ÁGUA

- Tarifa Variável Abast. Água
- Tarifa Fixa Abast. Água
- Tarifa Var. Saneam. Ág. Resid.
- Tarifa Fixa Saneam. Ág. Resid.
- Tarifa Var. Gestão Res. Urb.
- Tarifa Fixa Gestão Res. Urb.
- TRH (Tarifa Recursos Hídricos) Água
- TRH (Tarifa Recursos Hídricos) Saneamento

das Câmaras da Amadora e de Oeiras, têm sido os técnicos dos SIMAS a elaborarem propostas de tarifário de acordo com “pareceres” e “recomendações” da ERSAR, que não são explícitas, que ninguém percebe mas que retiram, ilegalmente, competências que a Constituição da República comete ao Poder Local Democrático. Assim, e por forma a se manter o nível de

receita na casa dos 57 milhões de euros, hoje baixa-se uma tarifa, amanhã aumenta-se outra, sem ser descortinável qualquer rigor na determinação destes valores. É assim que, em Oeiras, continuamos, ano após ano, a pagar todas estas tarifas e muito mais de “alcavalas”, do que de água consumida. Estas são as razões que levaram a CDU a votar mais um vez contra o Plano e Orçamento dos SIMAS.

«É assim que, em Oeiras, continuamos, ano após ano, a pagar todas estas tarifas e muito mais de “alcavalas” do que de água consumida.»



OS NOSSOS PESCADORES PROFISSIONAIS TÊM QUE SER APOIADOS

No Programa Eleitoral Municipal da CDU assumimos o compromisso de diligenciar para se construir um portinho para a pesca local, em Paço de Arcos, criando condições para a descarga e comercialização do pescado, estacionamento e varamento dos barcos e com parque de doca seca e armazenamento dos apetrechos.

Em 2015 soubemos que o Porto de Lisboa teria disponibilidade de 3 milhões de euros para melhoria das condições em Paço de Arcos, parece que com a intenção de colocar aqui, também, os pescadores de Lisboa.

A pesca nesta zona, sendo de pequena dimensão, é muito importante para o abastecimento local e de muitos restaurantes. A CDU promoveu uma Sessão Pública/Debate em 6 de Julho de 2015, com a participação de 25 interessados.



Entre as conclusões apontadas, destacamos:

- existem absurdas limitações de potência para os motores dos barcos dos profissionais de pesca;
- não existe lota local, o que condiciona fortemente a atividade dos pescadores;
- a construção de um porto de pesca em Paço de Arcos é absolutamente necessário, não tendo ainda sido adotadas medidas para a sua concretização;
- é indispensável apoiar a Associação dos Armadores e Pescadores Profissionais de Paço de Arcos, que necessita de apoio financeiro e administrativo e da disponibilidade de uma sede.

Pelo significado que esta atividade tem, pela importância logística que um porto de pesca em Paço de Arcos representa para os nossos pescadores profissionais, a CDU continuará a manter presentes estas reivindicações.



INSISTINDO NA MELHORIA DOS TRANSPORTES PÚBLICOS

A CDU sempre defendeu que é obrigatório insistir na melhoria dos transportes públicos e da mobilidade.

A história recente da evolução das posições da Câmara relativamente à questão dos transportes é confusa e contraditória. Os mesmos que diziam não ter a Câmara competências neste domínio, acabaram com soluções de transportes locais (por exemplo em Algés e em Linda-a-Velha) e entregaram a fracassada solução do COMBUS à Vimeca (concessionária privada dos transportes em Oeiras), mas não tiveram dúvidas em exercerem essa competência na, também fracassada, experiência do SATU.

Enquanto o Governo PSD/CDS diligenciava pela privatização da linha ferroviária Lisboa - Cascais (o que felizmente para nós não conseguiu). As Câmaras de Cascais e a de Oeiras andavam na mesma onda.

A CDU promoveu uma sessão pública, em 13 de Abril de 2015, com as seguintes conclusões:

- a defesa da exploração pública da linha de Cascais;
- a exigência de que as autarquias exerçam crescente influência no funcionamento das redes de transportes;
- a urgência de se encontrar alternativa de circulação interna que substitua o COMBUS;
- o desenvolvimento de ações que reforce a capacidade de intervenção dos utentes.

A Câmara continuou surda às nossas posições, reafirmando que não era da sua competência.

Porem, a legislação que regia o setor (e que datava de 1948) foi revogada. Agora, e nos termos da nova legislação, ficou explicito que as autoridades de trânsito em cada município são as Câmaras Municipais.

É bom que a Câmara se prepare rapidamente para, também em associação com a Área Metropolitana de Lisboa, responder às novas responsabilidades!